



FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE – FANESE

MARTA DE LIMA LEITE

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO DE ALUNOS
SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO NA
FANESE.**

Aracaju - SE

2018

MARTA DE LIMA LEITE

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO DE ALUNOS
SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO NA
FANESE**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Núcleo de Pós-Graduação e Extensão – NPGE, da
Faculdade de Administração de Negócios de Sergipe –
FANESE, como requisito para a obtenção do título de
Especialista em LIBRAS: tradução, interpretação e ensino.**

Orientador: Me. Necéssio Adriano Santos

Aracaju - SE

2018

MARTA DE LIMA LEITE

**POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE INCLUSÃO DE ALUNOS
SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO NA
FANESE.**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Pós-Graduação e Extensão –
NPGE, da Faculdade de Administração de Negócios de Sergipe – FANESE, como
requisito para a obtenção do título de Especialista em LIBRAS: tradução, interpretação e
ensino.**

Nome completo do Avaliador

**Profª. Ma. Mônica M. Soares Rosário
Coordenadora do Curso**

**Marta de Lima Leite
Discente**

Aprovado (a) com média: _____

Aracaju (SE), 17 de Maio de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me abençoar sempre e ter me dado saúde e força para superar as dificuldades. Aos meus Pais pelo amor e apoio incondicional. A minha família e amigos pelo incentivo e paciência durante meus dias dedicados aos estudos. A todos que fazem a FANESE pela contribuição para o meu desenvolvimento profissional. A todos os professores e coordenadores, em especial ao meu orientador Necéssio Adriano, por exigir de mim muito mais do que eu supunha ser capaz de fazer. Não poderia deixar de agradecer também aos amigos que fiz durante a pós-graduação, principalmente a Angélica, Raquel, Simoneide, Juliana e Luciano, muito obrigada pela cumplicidade, carinho e conhecimento compartilhado durante os dois anos de especialização.

“Muitas pessoas têm uma ideia errada sobre o que constitui a verdadeira felicidade. Ela não é alcançada por meio de gratificação pessoal, mas através da fidelidade a um objetivo que valha a pena.”

(Helen Keller)

*“Todo e qualquer empreendimento que visa à
Inclusão só terá bons resultados quando o
diferente for aceito como parte integrante e
indissolúvel do ser humano.”*

(Rosicler Neto)

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é realizar uma análise do cumprimento das políticas educacionais voltadas para surdos no ensino superior, com ênfase nas ações efetivas de acessibilidade praticadas pela Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe (FANESE) e descritas no Projeto político pedagógico do curso de Administração, sob a ótica do instrumento de avaliação de cursos de graduação expedido pelo Ministério da Educação (MEC). Partiu-se do princípio que o processo de inclusão de alunos surdos apresenta fragilidade e é necessária uma avaliação constante dos procedimentos que garantem a acessibilidade em Instituições de ensino superior (IES). Dessa forma, buscou-se verificar, através do estudo de caso, se as IES têm praticado o que garante as políticas públicas de educação inclusiva. Por meio da análise documental, com uma abordagem exploratória, notou-se que, apesar das dificuldades presentes no processo de inclusão educacional, as IES estão diligenciando para desenvolver no cenário acadêmico ações para o cumprimento das exigências do Ministério da Educação e das políticas educacionais de inclusão na busca por oferecer uma evolução na qualidade de seus serviços e proporcionar a acessibilidade em todas as suas dimensões.

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão. Surdos. Libras. Ensino Superior.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Comunicação e linguagem	10
2.2 O surgimento de uma nova língua	12
2.3 Políticas educacionais de inclusão	14
2.4.1 Caminhos para a inclusão e a responsabilidade das IES	19
2.4.2 Metodologias para o ensino de surdos	21
3 METODOLOGIA DE PESQUISA	22
3.1 Problemas e Proposições	22
3.2 Procedimentos de Coleta de Dados, população e amostra	23
3.3 Locus de pesquisa	23
4 A FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE EM FOCO	24
4.1 A educação inclusiva nos projetos pedagógicos de curso da FANESE	24
4.1.1 Curso Superior de Bacharelado em Administração	26
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

Diante do empoderamento que o ensino superior apresenta para o meio social, o presente estudo visa realizar uma pesquisa na Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe (FANESE), localizada na cidade de Aracaju, atualmente considerada a melhor instituição do estado de Sergipe, em qualidade de ensino¹. Assim, este trabalho partirá, sobretudo, do estudo de um projeto pedagógico de curso (PPC) da instituição. O objetivo consiste em construir uma análise, a partir de uma pesquisa documental, referente à atuação das políticas educacionais voltadas para surdos na FANESE, sob a ótica do instrumento de avaliação de cursos de graduação expedidos pelo Ministério da Educação (MEC) e do direito a inclusão no ensino superior, relacionando aos desafios e perspectivas na implantação dessas políticas, com a finalidade de gerar informações para fomentar a melhoria da instituição.

Uma vez que, o cenário universitário passa por mudanças relevantes em relação à educação inclusiva, o percentual de jovens surdos matriculados no ensino superior tem aumentado significativamente nos últimos anos, sobretudo em função da busca por independência, realização pessoal e crescimento profissional. Além desses fatos que velam jovens em todo Brasil a almejem ingressar em uma Faculdade/Universidade após concluírem o ensino médio, temos a obrigatoriedade da implantação e execução das políticas de educação inclusiva em Instituições de Ensino Superior (IES), essa exigência tem se tornando um instrumento fundamental para a inserção da comunidade surda em IES por todo país.

A meta das políticas de inclusão é favorecer todos os alunos, independentemente da deficiência ou da dificuldade de aprendizagem. Dessa forma, a prática da inclusão é bem mais complexa que a aprovação de leis que determinam que todos tenham acesso aos níveis de educação, diante desse contexto encontramos a seguinte problemática: as IES têm praticado o que garante as políticas públicas de educação inclusiva voltadas para os alunos surdos?

Partindo da premissa que, o progresso da inclusão em um ambiente educacional passa por um trabalho gradativo de revisão e melhoria de ações voltadas para os alunos que necessitam de apoio à aprendizagem, isto abrange os procedimentos de acompanhamento e atendimento especializados, elaboração dos planos de cursos, dos processos avaliativos e principalmente das práticas pedagógicas. Em consonância, as hipóteses levantadas são: (h1) a não efetividade das políticas educacionais inclusivas ensejando em poucos alunos surdos

¹ Ranking universitário Folha (RUF) 2017 – Ranking de cursos 2017. Disponível em: <<http://ruf.folha.uol.com.br/2017/>>

matriculados (h2) as possíveis fragilidades das políticas educacionais voltadas para a inclusão de alunos surdos dentro da IES.

A metodologia que será utilizada possui uma abordagem exploratória quali-quantitativa, através da pesquisa documental de registros oficiais tanto da instituição, quanto de órgãos fiscalizadores, de forma que a coleta de dados busque apresentar um encadeamento lógico de evidências.

O interesse pelo tema deu-se a partir do fascínio pessoal na esfera das leis de inclusão e, sobretudo, pela experiência profissional no contexto do ensino superior. À vista disso, a elaboração desse trabalho justifica-se pela observação da necessidade de pesquisas que fortaleçam o processo de inclusão no ensino superior e que apresentem métodos que colaborem de forma significativa com as IES e a sociedade no progresso educativo de alunos surdos no âmbito educacional.

Objetivo geral

Construir uma análise a partir de uma pesquisa documental referente à atuação das políticas educacionais voltadas aos surdos na FANESE, sob a ótica do direito à inclusão no ensino superior, relacionando aos desafios e perspectivas na implantação dessas políticas com a finalidade de gerar informações para fomentar a melhoria da instituição.

Objetivos específicos

- Analisar os PPCs dos cursos para verificar se existe previsão de políticas educacionais voltadas para alunos surdos.
- Verificar a existência de alunos surdos na IES, com a finalidade de traçar o perfil dos discentes.
- Investigar as políticas educacionais voltadas para a inclusão e acompanhamento acadêmico dos discentes surdos.
- Gerar informações com base em dados científicos para fomentar a melhoria das políticas educacionais da instituição.

O artigo será estruturado da seguinte forma: o Capítulo 2, composto da fundamentação teórica que vem dividida em quatro subitens tratando o tema de forma gradativa e fundamentado em teóricos renomados. O Capítulo 3 trata da forma metodológica, os problemas e proposições envolvidas na pesquisa, os procedimentos de análise documental, população e amostra, além da delimitação do lócus de pesquisa. Já o Capítulo 4 trás a

FANESE como foco, buscando reconhecer seus desafios e perspectivas no âmbito das políticas educacionais inclusivas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico será dividido em quatro partes, gradativas e fundamentadas em autores clássicos, atuais e renomados na área do conhecimento. Inicia-se com uma disposição sobre a comunicação e a linguagem, seguidos do processo de surgimento de uma nova Língua. Após, discorre-se sobre as políticas educacionais de inclusão e finaliza-se com os principais desafios dos Surdos na inserção, continuidade e conclusão da educação superior, enfatizando o papel das IES nesse processo.

2.1 Comunicação e linguagem

O que seria da humanidade sem a linguagem? Como iríamos expressar nossas ideias, sentimentos e anseios? Vista como “herança genética do ser humano” a linguagem é o sistema que permite o homem está integrado em uma sociedade. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (2000), a linguagem está presente nos diferentes momentos da história de um povo, composta por um objetivo próprio, ela é uma execução interindividual que acontece no convívio social presente em diversas comunidades de uma sociedade.

Ratificando que o indivíduo faz parte de um grupo social e que a linguagem contempla ambas as partes, o importante linguista e filósofo Ferdinand Saussure nos afirma que “A linguagem tem um lado individual e um lado social, sendo impossível conceber um sem o outro” (SAUSSURE, 2006, P. 16).

Para Berlo (2003), estamos sempre em processo de comunicação visto que desde a infância realizamos práticas verbais e não verbais para persuadir o ambiente. Sendo assim, crescemos em um ambiente em que aprendemos a nos comunicar por meio de códigos que já constituem nossa língua materna.

No campo educacional a linguagem exerce um importante papel na construção do conhecimento. Sendo a escola um espaço social em que os sujeitos inseridos nela interagem a todo tempo, a comunicação é o instrumento que permite a troca de saberes entre alunos, professores e todos que pertencem a essa comunidade. Uma vez que, são os professores os sujeitos que devem estimular a busca pela sapiência e convívio entre os alunos a fim de gerar a troca de experiências por meio da comunicação. Em virtude disso, Laruccia (2004) afirma que:

Os professores precisam, também, conhecer como a linguagem e a comunicação funcionam. Lembramos que a comunicação como um processo social compreende a emissão e recepção de estímulos (mensagens) destinados a tornar comum, partilhar, associar, trocar opiniões, transferir pensamentos e sentimentos, influir ou estabelecer relações entre pessoas, por gestos, posturas, ações, expressões faciais, fala e, até mesmo, silêncio e inação (LARUCCIA, 2004, p. 99).

É notório que na educação inclusiva o processo de comunicação em sala de aula tem suas particularidades e se o professor é o sujeito que exerce influência sobre os alunos, ele deve desenvolver meios que facilitem a comunicação e a aprendizagem em sala de aula. Com alunos surdos, por exemplo, esse processo deverá utilizar principalmente o campo visual e como supracitado Laruccia, os gestos, a postura, as expressões faciais e, até mesmo o silêncio deverão fazer parte das técnicas adotadas pelos docentes na construção da metodologia no processo de ensino aprendizagem desses alunos.

Cientes de que a comunicação é uma ferramenta fundamental no processo de interação, CARMOZINE e NORONHA (2012) afirmam que é importante identificar as necessidades comunicativas de acordo com as características individuais de cada indivíduo para diminuir as barreiras comunicativas. Por esse motivo, especificam três grupos de acordo com as necessidades comunicativas:

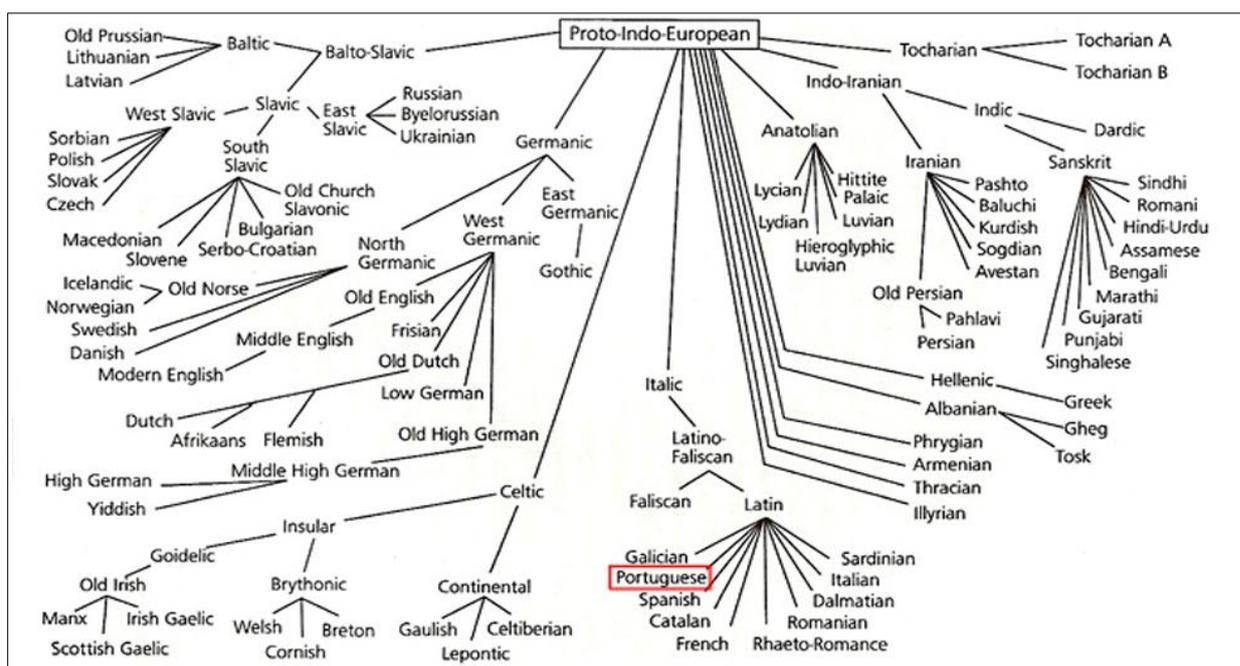
- Pessoa com Déficit Auditivo: indivíduos com dificuldade auditiva, passageira ou instalada que linguisticamente fazem uso da fala e por vezes da escrita para se comunicarem;
- Oralizados: pessoas que apresentam Surdez ou Déficit Auditivo que preconizam o código verbal - a fala - e tentam fazer uso dele, seja por opção linguística, seja por manter preservada a memória auditiva. Podem se dividir em dois subgrupos: adultos que perderam a audição e crianças educadas na linha oralista;
- Surdos ou Pessoas com Surdez: indivíduos que se comunicam através da Libras, que nasceram com perda auditiva de severa a profunda ou que perderam a audição antes dos três anos de idade (fase pré-lingual), ou seja, sem ter adquirido o código verbal. Reconhecem-se como um grupo distinto, mas não deficiente, para o qual reservam-se uma cultura diferenciada e a utilização da Libras como forma de comunicação primeira, sendo a aquisição do português considerado artificial, como uma segunda língua. (CARMOZINE e NORONHA, 2012, p. 31)

A identificação dos grupos de acordo com suas necessidades é o primeiro passo para a criação de métodos eficazes no processo de ensino aprendizagem e sobre tudo no processo de comunicação entre alunos e professores e entre alunos e alunos. É indispensável à disseminação do conhecimento acerca das especificidades de cada um e sobre a utilização e importância da Língua de Sinais no processo de inclusão no ensino Superior.

2.2 O surgimento de uma nova língua

De acordo com os estudos linguísticos, uma nova língua nasce de outra já existente. Quando nos referimos a Língua Portuguesa, sabemos que sua origem advém do Latim que, por sua vez, resulta da Língua Indo-europeia. Para detalhar a evolução das Línguas, considerar a seguinte ilustração:

Figura 01 – Evolução das Línguas



Fonte: <https://www.ime.usp.br/~tycho/participants/psousa/images/indo_europeu_700.jpg> Acesso em: 24 de fev. 2018

Assim como todas as outras Línguas, a Língua Brasileira de Sinais também tem sua origem em outra Língua. A Língua de Sinais Francesa (LSF – Langue des Signes Française) foi trazida para o Brasil em 1857 por Eduard Huet, que a convite de Dom Pedro II, participou da criação da escola para meninos surdos, atual Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Apesar da dificuldade de comprovar a origem das Línguas de Sinais, Strobel (2009) ao escrever sobre a “História da educação de Surdos” apresenta um cronograma histórico sobre a história dos surdos que relata o uso da Língua de Sinais na Idade Moderna no ano de 1500 pelo médico filósofo Girolamo Cardano (1501-1576) que reconhecia a habilidade dos surdos e para se comunicar com eles fazia uso da Língua de Sinais e da escrita.

Segundo Melo et al. (2013) outro relato que merece destaque é datado de 1760 quando Abade Charles-Michel de L’Epée fundou a primeira escola Pública para Surdos em

Paris. Embora a segregação fizesse parte do cotidiano escolar da época, foi a partir da criação da escola para meninos surdos (Imperial Instituto de Surdos Mudos, fundado em 26 de setembro de 1856) que os surdos brasileiros desenvolveram a Língua Brasileira de Sinais, que se originou da Língua de Sinais Francesa.

Para Marie e Harrison (2014) as pesquisas ressaltam que, assim como as Línguas orais, as Línguas de sinais apresentam grau de abstração e variações regionais, sendo assim considerada uma Língua Natural por seu uso nas interações sociais e autônomas das línguas orais.

Considerada como segunda Língua oficial do Brasil pela Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, a LIBRAS apresenta características que garantem aos seus usuários o título de “grupo linguístico”. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos² (também conhecida como Declaração de Barcelona), todas as comunidades linguísticas têm direitos iguais independente das línguas oficiais.

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (1996, p. 4), em seu artigo 2, ressalta que: “nos casos em que diferentes comunidades e grupos linguísticos co-habitam num mesmo território, o exercício dos direitos formulados nesta declaração tem que ser regido pelo respeito entre todos e dentro das máximas garantias democráticas”

Reafirmando que as Línguas de Sinais possuem características comuns às outras línguas, Marie e Harrison (2014) destacam que as Línguas de Sinais apresentam distinções como qualquer outro idioma, pois são estabelecidas pelas comunidades surdas pertencentes a cada País, no entanto apresentam características comuns às línguas orais como: “versatilidade e flexibilidade, arbitrariedade, criatividade, produtividade e dupla articulação”.

A principal característica que diferencia as Línguas de Sinais das demais Línguas é o uso do campo visual-espacial para que a mensagem seja enviada do emissor para o receptor, diferentemente das línguas orais que utilizam a voz como canal de comunicação. Sobre essa característica Marie e Harrison salientam que:

As Línguas de Sinais, por outro lado, são produzidas por movimentos das mãos, do corpo e expressões faciais em um espaço à frente do corpo, chamado de espaço de sinalização. A pessoa “recebe” a sinalização pela

²- Declaração assinada pela UNESCO, o PEN (clube), e várias organizações não governamentais com o intuito de apoiar o direito linguístico, especialmente os de línguas ameaçadas de extinção. Documento aprovado na conclusão da Conferência Mundial sobre Direitos Linguísticos, realizada 06 a 09 de junho de 1996, em Barcelona, Espanha.

visão, razão pela qual as línguas de sinais são chamadas de visuoespaciais ou espaço-visuais (MARIE E HARRISON, 2014, p. 31).

Visto que as Línguas de Sinais são independentes das Línguas orais, é necessário ressaltar que os sinais produzidos não são mímicas das palavras e não representam um português sinalizado. No entanto, “é importante dizer que a coabitação da maioria das línguas de sinais com as línguas orais faz com que empréstimos, alternâncias e trocas linguísticas aconteçam inevitavelmente” (GESSER, 2009, P. 38).

Em suma, a Língua de Sinais é uma Língua viva e o principal elemento da Cultura surda. É por meio dela que os surdos podem se expressar, relacionar-se e desenvolver sua identidade, assim como ter acesso aos níveis educacionais por meio da sua Língua. Portanto, a Língua de Sinais é o bem cultural que oferece à comunidade surda a possibilidade de fortalecimento, independência e crescimento dentro da comunidade majoritariamente ouvinte.

2.3 Políticas educacionais de inclusão

No Brasil, o acesso à educação é um direito fundamental garantido a todos por meio da Constituição Federal desde 1988, como também o processo de inclusão das pessoas com deficiência em redes regulares de ensino³.

Percebemos que a partir dessa data o estado brasileiro passou a considerar a educação como um dos objetivos principais das políticas públicas. A confirmação veio com a publicação da Lei Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989 que estabelece o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, deixando o poder público e seus órgãos responsáveis por assegurar os direitos básicos, inclusive dos direitos à educação.

Em 1994, a declaração de Salamanca surge como base para as políticas educacionais brasileiras e reafirma uma educação integradora. Assinada por aproximadamente 90 países, inclusive o Brasil, este documento garante que a educação da pessoa com deficiência faça parte de um único processo educacional, sendo assim, o governo, comunidades e educadores deveriam estar comprometidos com esse objetivo, Barbosa e Souza (2013).

³ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 1988).

Seguindo a linha cronológica do processo de inclusão educacional em nosso país, em 20 de dezembro de 1996, foi publicada a Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), essa indica em seu capítulo V, dedicado somente à educação especial, como será feita a oferta, o atendimento educacional especializado e os serviços oferecidos após serem compreendidas as “peculiaridades da clientela de educação especial”.

Posteriormente, o processo de inclusão no sistema educacional brasileiro passou a ganhar forças e ser amplamente discutidos em conferências que definiriam o modelo a ser seguido pelas instituições de ensino. Dessa forma, o Plano Nacional de Educação (PNE) foi implantado para garantir a execução e o aprimoramento das políticas públicas educacionais já que “a educação é elemento constitutivo da pessoa e, portanto, deve estar presente desde o momento em que ela nasce, como meio e condição de formação, desenvolvimento, integração social e realização pessoal” (Plano Nacional de Educação, 2001, p. 32).

Para a comunidade surda, apesar de por diversas vezes estarem à margem da sociedade predominantemente ouvinte, a busca por melhores condições de vida, oportunidade e reconhecimento estão sendo possíveis depois dos Decretos e Leis que garantem a participação dessa comunidade em diversos segmentos do meio social, fruto dos inúmeros debates e reivindicações para que todos possam fazer parte do corpo social com oportunidades de escolha e independência. De acordo com a afirmação de Lopes (2013), as políticas de inclusão representam as vitórias das camadas sociais e, apesar de sofrerem modificações com as mudanças de mandatos, configuram as concepções de um governo como meio de se manter no poder.

Todavia, a comunidade surda não aceita o termo *deficiente* por seu sentido depreciativo, alguns documentos oficiais ainda apresentam essa nomenclatura. Mas, reafirmando que o processo de inclusão é para todos com isso Mittler denota que:

Essa política foi planejada para beneficiar todos os alunos, incluindo aqueles pertencentes a minorias linguísticas e étnicas, aqueles com deficiência ou dificuldade de aprendizagem, aqueles que ausentam constantemente das aulas e aqueles que estão sob-risco de exclusão. (MITTLER, 2003, p. 25).

Seguindo a linha de Mittler, os sujeitos surdos fazem parte das minorias linguísticas que permanecem ameaçados de exclusão, por essa razão a regulamentação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como sendo a Língua oficial dos surdos é o marco que representa uma conquista imensurável para a comunidade surda, pois o uso da sua Língua materna passou a ser assegurado de fato.

De certo, o conjunto das políticas públicas voltadas para a inclusão representa para a sociedade um mecanismo para alcançar e requerer seus direitos como cidadãos. Para Lopes,

É preciso entender que as políticas de inclusão em geral, bem como as de inclusão escolar, funcionam como potentes estratégias biopolíticas, que buscam garantir a segurança das populações, por meio da diminuição do risco social. (LOPES, 2013, p. 82).

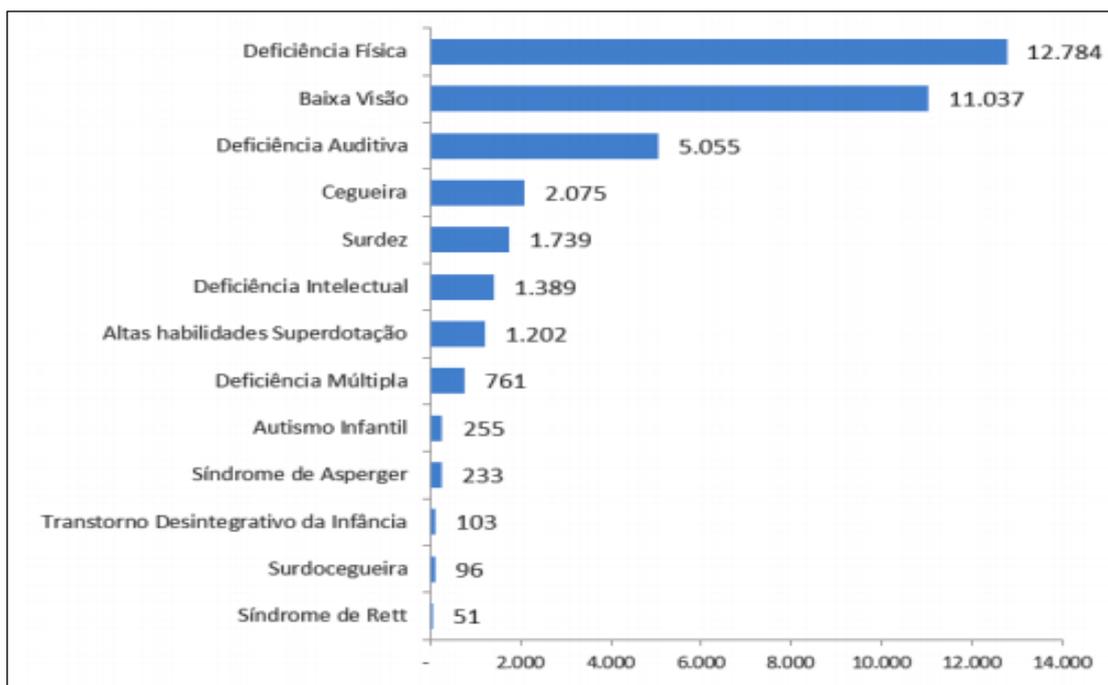
Sem dúvida, as políticas educacionais de inclusão são consideradas um importante ponto de partida para o planejamento e a efetividade de uma educação justa, igualitária e praticante do processo de inclusão. Logo, a educação é para todos nós o início da busca pelo direito de viver em sociedade buscando realizar nossos anseios como cidadão.

2.4 Surdos e os desafios na educação superior

Constatamos que nos últimos anos tivemos uma evolução do número de alunos surdos matriculados no ensino superior. Esse fenômeno se deve ao crescente quantitativo de jovens surdo que concluíram o ensino médio e a legislação que garante que esses jovens tenham meios de ingressar no ensino superior a fim de continuar uma vida acadêmica. No entanto, assim como certamente não foi fácil compreender todas as disciplinas presentes no currículo do ensino médio, a realidade universitária é repleta de desafios que vão desde a aquisição de conceitos específicos em diferentes disciplinas à interação em um ambiente que não está acostumado a realidade e as necessidades dos sujeitos surdos.

De acordo com o censo da Educação Superior divulgado em 2016 (BRASIL, 2016) aproximadamente 35.891 alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, ou altas habilidades/superdotação estavam matriculados no ensino superior e o total de alunos com surdez, regularmente, matriculados em IES, ocupava o 5º lugar no número de pessoas com deficiência matriculadas:

Figura 02 – Matrícula de pessoas com deficiência no Ensino superior em 2016



Fonte: <https://abmes.org.br/arquivos/documentos/apresentacao_censo_educacao_superior.pdf> Acesso em: 24 de fev. 2018.

Suhr e Silva (2012), afirmam que o ensino superior tem uma função importante na vida de todos os seres humanos, pois visa não só as necessidades do mercado de trabalho, mas oferece uma formação crítica e consciente da realidade, tornando-os aptos a tomar suas próprias decisões.

O ensino superior tem um papel marcante na formação de sujeitos que compreendam a necessidade de refletir criticamente sobre os valores e modos de agir da atualidade, e a partir daí, possam contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. (SUHR E SILVA, 2012, p. 56).

Sob o mesmo ponto de vista, para o aluno surdo, o ensino superior representa não só a ascensão para um importante nível educacional, mas também uma fase em que esse será obrigado a enfrentar os obstáculos da vida acadêmica. Segundo Valentini e Bisol, “como todo e qualquer outro estudante universitário, o jovem surdo precisará lidar com um conjunto diferente de expectativas, normas e funcionamento daquele que caracterizava sua experiência escolar anterior” (VALENTINI E BISOL, 2012, p.49).

Realmente, é comum que para muitos jovens surdos o ensino superior seja o início de certa independência familiar, pois até então grande parte das decisões escolares eram encaminhada aos pais. Brazorotto e Speri (2013), explicam que é natural a hesitação dos

novos universitários. Os primeiros semestres, sobretudo os primeiros dias de aula, representam um importante momento de transição, principalmente para alunos com deficiência.

Os estudantes surdos se deparam com um ambiente em que a comunicação é dominada pelos ouvintes, pelo desconhecimento da Cultura surda e, algumas vezes, pelo “estranhamento” do uso da Língua Brasileira de Sinais. Sem dúvida, o cenário em que os alunos surdos estão presentes apresentará duas novas características básicas: a presença do tradutor/intérprete em sala de aula e a inserção de uma nova Língua no contexto universitário. Para Valentini e Bisol, essa presença pode causar diferentes reações:

A presença de alguém “diferente”, ou seja, alguém que com sua presença impõe necessariamente uma ruptura à homogeneidade (imaginária) da sala de aula produz reações. Essas reações são as mais diversas: positivas ou negativas, referem-se tanto ao professor quanto às relações que se estabelecem entre os próprios alunos (VALENTINI E BISOL, 2012, p. 25).

Para as autoras Supracitadas acontece, inicialmente, com os alunos ouvintes um “encantamento inicial” com a presença da Língua de Sinais, que de fato gera curiosidade aos que não conhecem a Língua. No entanto, mesmo que alguns tenham interesse por aprender sinais da LIBRAS acabam, posteriormente, se afastando do aluno surdo devido a complexidade de alguns sinais e a dificuldade na comunicação com o colega de classe, principalmente nos trabalhos em grupo. Surgem assim, os desafios já encontrados pelos surdos na sociedade: “a marginalização, a exclusão, o preconceito, o desconforto”.

Além da dificuldade de compartilhar conhecimento com os demais alunos, o aluno surdo se depara com o despreparo dos professores universitários ao lidar com alunos surdos. Para alguns docentes a comunicação com o aluno surdo é totalmente impossível sem a presença do Tradutor Interpretador de Língua de Sinais (TILS).

É notório que a presença do TILS em sala de aula é de fundamental importância para que haja a troca de informações entre o aluno surdo e o professor, mas é preciso que o professor também esteja disposto a acabar com o receio de modificar suas estratégias de ensino para que de fato o aluno surdo possa acompanhar as aulas como todos os outros alunos. Sobre isso, Valentini e Bisol (2012) discorrem que:

Cabe ao professor à criação de estratégias didático-pedagógicas que facilitem o processo de ensino e aprendizagem, e cabe também ao professor dispor-se a conhecer seu aluno surdo, para facilitar a vinculação deste à disciplina e aos seus colegas (VALENTINI E BISOL, 2012, p. 22).

Certamente, só o professor não será capaz de modificar o programa de inclusão em uma IES, mas ao buscar conhecer a realidade, as especificidades dos alunos surdos e obter meios de fazer com que todos se sintam incorporados a sala de aula, o processo da troca de experiências acadêmicas favorecerá não só os alunos surdos, mais todos que participam efetivamente das aulas.

Em conformidade com Valentini e Bisol (2012), o discente surdo faz parte de uma comunidade que é uma “minorias linguística e cultural” e, assim como as outras minorias, não são aceitas facilmente. Por esse motivo, o maior desafio enfrentado pela comunidade surda é sem dúvida o preconceito.

Por conseguinte, visto o mérito que o ensino superior tem na construção do conhecimento e na formação crítico-social dos alunos é de fundamental importância que os professores e todos envolvidos com o desenvolvimento educacional busquem meios de expandir os “conceitos” da comunidade surda no ambiente acadêmico para que o processo de inclusão aconteça na prática e faça parte da rotina das IES.

2.4.1 Caminhos para a inclusão e a responsabilidade das IES

Subsequentemente, por meio da portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que trata dos requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências nos processos de credenciamento de IES, autorização e reconhecimento de cursos, o Governo brasileiro, por meio do Ministério de Educação, passa a assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao ensino superior. Com relação à inserção de pessoas com deficiência auditiva nas IES discorre que:

III - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- b) de adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- c) de estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;

d) de proporcionar aos professores acesso a literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva (BRASIL, 2003).

O decreto afirma que o aluno surdo apresenta especificidades que devem ser levadas em consideração durante sua vida acadêmica. A primeira delas é a indispensabilidade do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais (TILS), a presença desse profissional nas IES é de fundamental importância para que o processo de comunicação entre o aluno surdo e comunidade acadêmica aconteça sem falhas. A maioria dos alunos surdos chega ao ensino superior com dificuldades claras quanto à aquisição da Língua Portuguesa e a compreensão da sintaxe do português, que é considerada a segunda língua para os surdos, o que gera dificuldades no entendimento de textos complexos, essa dificuldade pode se apresentar na modalidade escrita desses alunos. Por isso, é necessário que as IES adotem estratégias específicas nos processos de avaliação e que incentivem o uso da Língua Portuguesa na aquisição e compreensão de palavras específicas das disciplinas da grade curricular.

Em 22 de dezembro de 2005, o Decreto nº 5.626 apresenta disposições importantes acerca da Língua Brasileira de Sinais em IES como: a inclusão da LIBRAS como disciplina curricular; a garantia do direito à educação das pessoas surdas ou com deficiência auditiva e o uso e a difusão da LIBRAS e da Língua Portuguesa para o acesso das pessoas surdas à educação.

É evidente que o processo de inclusão ampliou a responsabilidade das IES por todo País. Vistas como espaços em que o conhecimento, a ética e o respeito devem ser pilares essenciais no desenvolvimento e planejamento de todas as atividades, a acessibilidade passou a ser necessidade fundamental para que as Instituições de Ensino Superior possam garantir ensino de qualidade para todos os seus alunos. Alusivo a isso, o referencial de acessibilidade na Educação Superior, (BRASIL, 2013, p.13) discorre que, “[...] professores e gestores institucionais, faz-se necessário um investimento sistemático e contínuo nos processos formativos. Esses deverão contemplar não só os conhecimentos técnicos acerca da educação especial e inclusiva, mas o compromisso político e ético com a educação como direito de todos”.

Certamente, é através do processo de Avaliação *in loco* que as IES são analisadas em várias dimensões e dentre os vários critérios avaliados a acessibilidade é considerada requisito legal no instrumento. Em vista disso, é indispensável que o processo de inclusão conste no

Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI) e no Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC). Assim,

Logo, fica claro que o processo de inclusão educacional requer investimentos e deve ser amplamente discutido e planejado de modo a fazer parte dos documentos oficiais e atender não só os requisitos legais, mais também alcançar a diversidade de todos que compõem a comunidade acadêmica. Desta forma, a prática do processo de inclusão nas IES estará descrito no PPC e fará parte dos processos metodológicos que devem ser colocados em prática na sala de aula.

2.4.2 Metodologias para o ensino de surdos

Apesar dos processos de avaliação *in loco* que verificam a efetividade da acessibilidade nas IES, o processo de inclusão de alunos surdos encontra-se em uma fase de evolução gradativa. De fato, podemos destacar que alguns critérios presentes nas políticas de educação inclusiva já estão em fase de implementação, como a presença do Tradutor/Intérprete de LIBRAS em instituições de ensino superior que possuem alunos matriculados e a oferta obrigatória de LIBRAS como disciplina obrigatória para cursos de Licenciaturas.

Todavia, a existência dos TILS em sala não exclui a responsabilidade das IES de dispor de meios que auxiliem no processo de inclusão e facilitem o processo de ensino aprendizagem de alunos surdos. Uma das principais estratégias a serem tomadas é a adoção de currículo aberto que atenda a diversidade e necessidades dos alunos.

De acordo com Oliveira (2009),

Nesta nova perspectiva curricular, a ênfase e a responsabilidade pela aprendizagem é deslocada do aluno e dirigida para os procedimentos de ensino. Ou seja, não é o aluno que tem que adaptar, geralmente sem condições para tanto, sua forma de aprender ao ritmo da aula, mas, ao contrário, o ritmo e dinâmica da aula é que devem ser adaptados para permitir a participação e aprendizagem por todos os alunos. (OLIVEIRA. 2009, p. 123)

Visto que os procedimentos de ensino são utilizados pelo professor em sala de aula e é o ensino que permeia a relação professor/ aluno, os discentes precisam conhecer as particularidades dos seus alunos e fazer uso de estratégias que colaborem para a inclusão de todos. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de diversificação na avaliação inclusiva, os alunos precisam dispor de métodos que lhes permita apresentar seu desempenho durante o

decorrer do curso, de modo que suas limitações sejam respeitadas e levadas em consideração, sem que haja privilégios que facilitem a progressão desse aluno.

3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia utilizada foi pautada numa abordagem quali-quantitativa, de caráter exploratório, por entender que mais se aproxima do trabalho proposto, compreendendo que tal abordagem vai além do tabular e coletar dados, como também responder a questões muito particulares, que se preocupam com um nível de realidade que não pode ser simplesmente quantificado, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, correspondendo um espaço mais profundo nas relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a variáveis. Além disso, apresenta como características: ênfase na subjetividade e no entendimento preocupado com o contexto, no sentido de que o comportamento das pessoas e a situação ligam-se intimamente na formação da experiência (MINAYO, 1994; MOREIRA, 2004 *apud* ABILIO 2008).

3.1 Problemas e Proposições

A partir do referencial teórico apresentado, o objetivo desse estudo é construir uma análise a partir de uma pesquisa documental referente à atuação das políticas educacionais voltadas aos surdos na FANESE, sob a ótica do direito à inclusão no ensino superior, relacionando aos desafios e perspectivas na implantação dessas políticas com a finalidade de gerar informações para fomentar a melhoria da instituição. De acordo com a análise das seguintes problemáticas: as IES têm praticado o que garante as políticas públicas de educação inclusiva voltada para os alunos surdos?

Espera-se que a instituição venha buscando soluções para reduzir e até eliminar as dificuldades referentes à acessibilidade, propiciando a inclusão de alunos surdos. Dessa forma, sugerimos as seguintes proposições:

- P1: A presença de intérpretes em sala de aula reduz as dificuldades de comunicação e facilita a aquisição de informações necessárias para o desenvolvimento curricular, na medida em que se torna o canal entre o emissor e o receptor.

Torna-se imprescindível a Presença dos Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) é a fundamental para que o processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos tenha condições básicas para sua realização. Para Nascimento (2013, p. 283) “o intérprete de Língua

Brasileira de Sinais (LIBRAS) é um dos profissionais responsáveis em incluir o Surdo, promovendo uma educação com garantia de direitos”.

- P2: A constante revisão dos PPCs é indispensável para fomentar um ensino adequado ao contexto em que a instituição está inserida.

A educação inclusiva precisa fazer parte tanto dos Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) como também dos Projetos pedagógicos dos cursos para planejar e promover as mudanças necessárias à inclusão (BRASIL, 2013, p.13).

3.2 Procedimentos de Coleta de Dados, população e amostra

Para avaliar a legitimidade das proposições, foi realizada, na Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe, uma pesquisa quantitativa, descritiva e explicativa através da análise documental do Projeto Político Pedagógico do curso de Administração, que foi escolhido por atender ao critério estabelecido, qual seja o de possuir alunos surdos matriculados. O curso de Ciências Contábeis, apesar de também atender ao requisito, não teve seu PPC analisado porque no momento da pesquisa estava em processo de reformulação. Já os dados necessários para traçar o perfil dos alunos foram coletados junto ao Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), em meados de 2018, os dados necessários para traçar o perfil dos alunos dos cursos acima. Além disso, foi verificado o PDI atual, em busca de previsão de políticas de inclusão de surdos.

3.3 Locus de pesquisa

A organização estudada é a Faculdade de Administração e Negócios de Sergipe – FANESE. Segundo consta no sítio eletrônico da instituição, A FANESE foi instituída através da portaria nº 2.246/MEC, de 19 de dezembro de 1997. O campus Professor Edgard Freitas, atual campus da FANESE, está localizado na Travessa Sargento Duque, n.º 85 – Bairro Industrial, Aracaju - SE. Na história da IES o curso de graduação bacharelado em Administração foi o primeiro a ser ofertado pela FANESE. Posteriormente, em 2000, foram instituídos os cursos de bacharelados Engenharia de Produção e Ciências Contábeis e, em 2007, o curso de Direito. Na modalidade de graduação superior tecnológica, surgiram, entre 2005 e 2015, os cursos de Marketing e Vendas, Processos Gerenciais (Gestão Empreendedora), Sistemas para Internet, Gestão de Tecnologia da Informação, Logística, Gestão de Recursos Humanos e Rede de Computadores. Recentemente, em 2016 a FANESE

passou a oferecer os cursos de bacharelado em Engenharia de Petróleo e Arquitetura e Urbanismo.

A FANESE tem como mantenedora a Associação de Ensino e Pesquisa “Graccho Cardoso” e de acordo com seu Regimento Geral, a instituição está organizada através de um sistema de Administração Superior, sob o comando do presidente da mantenedora e diretor geral da mantida, com as seguintes unidades: 02 Conselhos Superiores, sendo 01 de Administração Superior (CAS) e outro de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE); duas coordenações, uma acadêmica e outra Administrativa e as coordenações de curso com seus colegiados.

A Instituição conta ainda com uma Comissão de Acessibilidade que, segundo consta em seu endereço eletrônico, foi instituída, originalmente, por meio da Portaria do nº 10, de 23 de março de 2017 da Direção Geral, considerando a necessidade de aprimoramento relativo ao atendimento de demandas de acessibilidade, fomentando o desenvolvimento de práticas compatíveis com a necessidade de melhor atendimento às pessoas com dificuldades de acesso a ambientes físicos e pedagógicos da FANESE. A Comissão de Acessibilidade da FANESE é um órgão colegiado composto por representantes dos corpos diretivo, docente, discente, técnico-administrativo e do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP).

4 A FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS DE SERGIPE EM FOCO

A tabulação e análise dos dados se deram de duas formas: análise dos PPCs dos cursos e investigação das políticas educacionais de inclusão voltadas para Surdos.

4.1 A educação inclusiva nos projetos pedagógicos de curso da FANESE

Conforme exposto anteriormente, a acessibilidade deve estar presente em todos os instrumentos institucionais e precisa de revisão contínua para adequação das demandas, considerando os problemas educacionais da região e o público alvo a que se destina. De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional da FANESE (2016 – 2019) são políticas da instituição: (1) disseminar valores de respeito à diferença, estimulando a percepção não preconceituosa do outro, ampliando a condição de **acessibilidade** da instituição; e (2) revisar periodicamente as condições de **acessibilidade** da IES, reestabelecendo, sempre, maiores condições de acesso e ampliação da **acessibilidade** nas suas

mais variadas vertentes. Além disso, a instituição dispõe de várias outras ações voltadas para a inclusão que serão tratadas posteriormente.

Com o objetivo de construir uma análise do PPC com o foco central na acessibilidade para Surdos, foram tomados como referência os Instrumentos de Avaliação dos Cursos de Graduação, regulamentado pelo Ministério da Educação (MEC) e publicado através da Portaria Normativa de 21 de dezembro de 2017.

O curso de Administração teve seu PPC reformulado em meados de 2018. Possui conceito 4, em uma escala progressiva de 1 a 5, avaliados pelo MEC através de procedimentos próprios. Vale ressaltar que, um dos critérios de pontuação nos sistema de avaliação do MEC durante o processo de reconhecimentos dos cursos superiores de graduação é a análise dos projetos pedagógicos. Entre outras verificações, o MEC analisa se o PCC contempla a previsão da acessibilidade, conforme disposto na Dimensão 1 (Organização didático – pedagógica) do Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação.

O instrumento de avaliação funciona como subsídio aos atos de autorização para abertura de Cursos Superiores (no caso de instituições privadas) reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Os avaliadores atribuem conceitos de 1 a 5 de ordem crescente de excelência para cada um dos indicadores presentes em cada uma das dimensões analisadas. Durante a atribuição dos conceitos deve ocorrer à justificativa, com uma argumentação qualitativa e contextualizada, que assegurem coerência aos conceitos atribuídos, com as respectivas análises qualitativa e quantitativa.

O quadro abaixo traz um excerto do instrumento de avaliação, no qual é analisada a oferta da disciplina de Libras, especificamente dentro do indicador 1.4, que analisa a estrutura curricular - Disciplina de LIBRAS obrigatória para licenciaturas e para Fonoaudiologia, e optativa para os demais cursos (Decreto n.º 5.626/2005). Além de exigir previsão expressa da disciplina no PPC. Diante do exposto será analisado o projetos pedagógico do curso de Administração, verificando a existência da previsão da disciplina de LIBRAS, assim como de outras que possuam a temática voltada para a acessibilidade de alunos surdos.

Quadro 01 – Indicadores do Instrumento de avaliação de cursos superiores

DIMENSÃO 1 – ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA		
Indicador	Conceito	Critério de Análise
1.4 - Estrutura Curricular - Disciplina de LIBRAS	1	A estrutura curricular, constante no PPC, não está implementada, ou não considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica ou a compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio).
	2	A estrutura curricular, constante no PPC e implementada, considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio), mas não evidencia a articulação da teoria com a prática, a oferta da disciplina de LIBRAS e mecanismos de familiarização com a modalidade a distância (quando for o caso).
	3	A estrutura curricular, constante no PPC e implementada, considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio) e evidencia a articulação da teoria com a prática, a oferta da disciplina de LIBRAS e mecanismos de familiarização com a modalidade a distância (quando for o caso).
	4	A estrutura curricular, constante no PPC e implementada, considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio), evidencia a articulação da teoria com a prática, a oferta da disciplina de LIBRAS e mecanismos de familiarização com a modalidade a distância (quando for o caso) e explicita claramente a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação.
	5	A estrutura curricular, constante no PPC e implementada, considera a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio), evidencia a articulação da teoria com a prática, a oferta da disciplina de LIBRAS e mecanismos de familiarização com a modalidade a distância (quando for o caso), explicita claramente a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e apresenta elementos comprovadamente inovadores.

Fonte: Portaria Normativa de 21 de dezembro de 2017 (adaptada pela autora)

4.1.1 Curso Superior de Bacharelado em Administração

De acordo com o PCC, o curso de Administração foi reconhecido pelo MEC através da Portaria nº 2.322, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 29 de agosto de 2003. No entanto, conforme Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2004 do Conselho Nacional de Educação, o curso passou por uma reformulação na estrutura curricular. Com duração mínima de quatro anos, o curso superior em Administração apresenta em seu PCC objetivos como:

Objetivo geral: formar profissionais no campo da Administração com competências conceituais, habilidades técnicas e humanas, capazes de articular o conhecimento sistematizado com a ação profissional, na perspectiva da construção de um contexto organizacional eficaz e sua

transformação em oportunidades empreendedoras, fundamentado em **responsabilidade social, justiça e ética**.

Objetivos específicos:

[...]

Contribuir, através do exercício da **Responsabilidade Social**, preservação do meio ambiente para a melhoria da qualidade de vida do cidadão brasileiro. **(grifo nosso)**

Ao analisar as habilidades desejáveis do perfil do Bacharel em Administração descritas no PPC destacamos: “Desenvolver **expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional**, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais”.

Para os alunos surdos o processo de expressão e comunicação interpessoais ou intergrupais encontrará barreiras significativas, tanto no âmbito profissional como no decorrer da vida acadêmica devido ao pouco conhecimento das demais pessoas sobre a Comunidade surda e a Língua Brasileira de Sinais. Por tal motivo, é importante que os cursos superiores auxiliem na difusão da LIBRAS e proporcionem uma ótima acessibilidade metodológica para que o aluno surdo adquira noções estratégicas de negociações e comunicação ligadas a sua realidade.

Verifica-se que o curso superior de administração, como determina o Decreto⁴ 5.626, de 22 de dezembro de 2005, apresenta, em sua estrutura curricular, a disciplina de LIBRAS como optativa, bem como a disciplina de Direitos Humanos e Sustentabilidade. Sobre esse item o PPC do curso discorre que:

O curso superior em Administração tem carga horária total de 3.160 horas, com 38 disciplinas que estão assim divididas: 3000 horas de entre disciplinas instrumentais básicas e disciplinas profissionalizantes, e 160 horas de atividades complementares. Nesse contexto serão disponibilizadas disciplinas como **LIBRAS, Direito Humanos** e Sustentabilidade e Relações Étnico-Raciais e Cultura Afro-brasileira e Indígena. Destaca-se que em tais atividades almeja-se, além da flexibilidade, uma articulação entre saberes, bem como o exercício de práticas que não se limitam à sala de aula, favorecendo – além de concepção ampliada de educação, que não se restringe à educação exclusivamente formal, nos moldes tradicionais – um estreitamento com atividades práticas com a realidade do mercado.
(grifo nosso)

⁴ - Decreto que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Para que o aluno surdo, e também para os demais discentes que necessitam de atendimento especializado, possa desenvolver as atividades do seu curso, além da flexibilidade é necessário que sejam acompanhados para que tenham o apoio básico para prosseguir no curso superior. Os estudantes que necessitam de atendimento especial devem estar integrados aos programas de apoio ao discente. Este atendimento pode trazer melhorias para desenvolvimento acadêmico dos alunos, desde que constituído de acordo com os princípios da educação inclusiva, contemplando ações de acessibilidade. (BRASÍLIA, 2013).

Sobre o apoio ao discente no quesito acessibilidade o PCC de Administração apresenta:

A **acessibilidade** é a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, de diferentes condições de aprendizagem. Nessa perspectiva, considerando a importância e relevância da acessibilidade voltada à **inclusão plena** dos estudantes com necessidades de **atendimento diferenciado**, a FANESE passa a proporcionar **atendimento educacional especializado** aos estudantes. Nesse sentido, os conteúdos curriculares abordados no curso superior em Administração encontram-se organizados de modo a constituírem-se elementos que possibilitem o desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando suas características, visando assim à **acessibilidade pedagógica** por meio de atitudes, metodologias, comunicação interpessoal e virtual, bem como instrumentos, métodos e técnicas de ensino e aprendizagem e de avaliação diversificados, de modo a propiciar a **inclusão educacional** dos estudantes. No que se refere à ampliação no atendimento educacional especializado ligado as questões de acessibilidade, o acadêmico da FANESE, conta com as ações desenvolvidas pelo NAP, que atuará de maneira conjunta com a coordenação de curso, buscando entender os problemas que envolvem os alunos e propondo alternativas de soluções das questões, tanto em relação à vida acadêmica, quanto à vida pessoal e profissional. (**grifo nosso**)

Ao analisar o PCC verifica-se que curso Superior em Administração atende ao indicador 1.4 da dimensão 1, do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação, ao dispor em sua estrutura curricular a disciplina de LIBRAS como optativa além de oferecer, juntamente com o Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), serviços de acompanhamento especializado. Logo, o detalhamento das ações educacionais de inclusão voltadas para Surdos na IES constituem o próximo item.

4.1.2 O perfil dos discentes do Curso Superior de Bacharelado em Administração

Com o objetivo de compreender o perfil dos discentes surdos e compará-los com os demais alunos do curso, seguirão abaixo uma série de dados coletados através do Núcleo de Apoio Psicopedagógico (NAP), em meados de 2018. Conhecer o perfil do corpo discente dos

cursos ofertados é importante para definir parâmetros e objetivos direcionados ao público alvo, uma vez que os conteúdos presentes nos projetos pedagógicos dos cursos devem passar por constantes mudanças, assim como as políticas de ensino, para que o tipo de egresso previsto seja o mais próximo possível da realidade.

Segundo Necéssio Adriano Santos (2017), é recomendado a elaboração de um perfil da comunidade ou instituição para a qual será planejado, executado e avaliado um projeto ou programa de ensino. O perfil discente ajuda a revelar as prioridades dos atores envolvidos que devem fomentar a elaboração dos objetivos dos projetos de curso. Uma das falhas mais comuns em PPCs ocorre justamente pelo fato de desconhecer o público alvo.

A Educação deve ser vista como processo contínuo, com reavaliação de seus conteúdos e métodos para adaptação a todo público alvo, considerando relações como idade, gênero, renda entre outras características. Dessa forma, o trabalho pedagógico deve se concentrar nas realidades de vida social dos atores envolvidos, para que a educação desenvolva uma conscientização focada no interesse do aluno e seja construída de forma coletiva (CUBA, 2011).

Atualmente a FANESE possui dois alunos surdos matriculados, um no curso de Administração e outro em Ciências Contábeis. Segue abaixo o perfil do aluno do curso de Administração, ao qual chamaremos de “Aluno Alfa”.

Quadro 02 – Perfil do Aluno Alfa

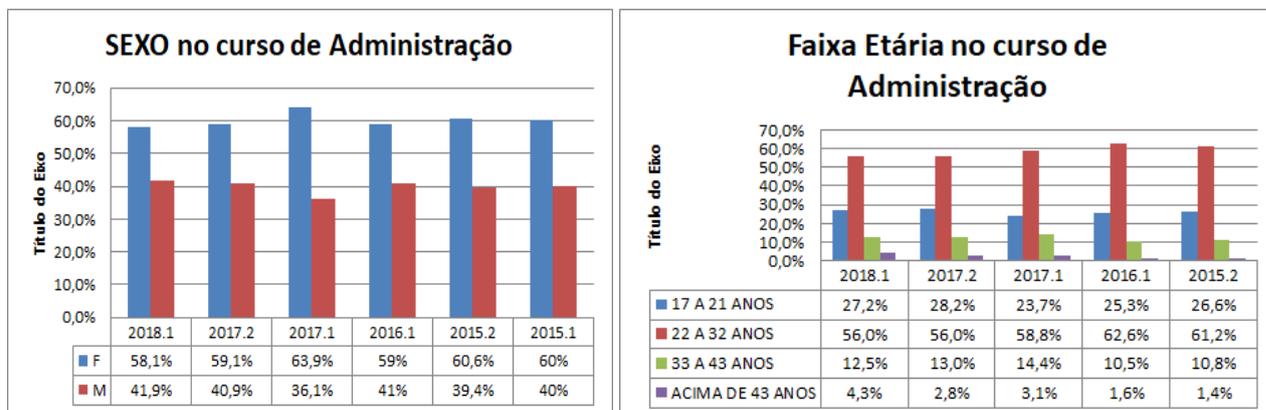
Sexo	Masculino
Idade	26 anos
Escola de origem	Privada
Local de trabalho	Privado
Tipo de matrícula	Normal

Fonte: NAP (Adaptada pela autora).

Para melhor compreensão do perfil discente, serão expostos abaixo gráficos por categorias, considerando a totalidade de alunos do curso de Administração, para comparar com o perfil do aluno surdo, já apresentado acima. Os parâmetros selecionados foram: sexo, faixa etária, procedência escolar, local de trabalho e tipo de matrícula, por serem dados

fundamentais para o desenvolvimento de políticas educacionais direcionadas para o público alvo.

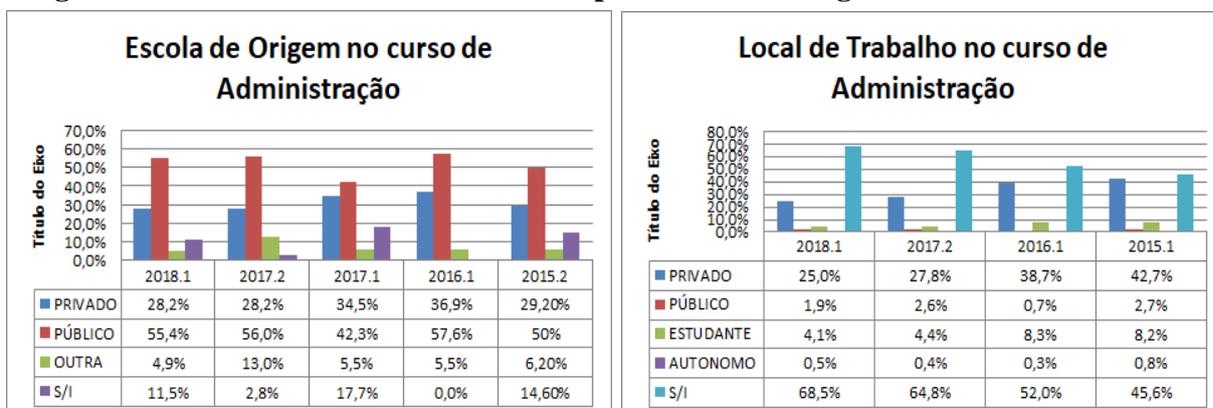
Figuras 03 e 04 – Percentual de discentes por sexo e por faixa etária



Fonte: NAP - FANESE

A partir dos dados apresentados nos gráficos acima, verificamos que nos últimos quatro anos o percentual de alunos teve como predominância o sexo feminino com um percentual médio de 60,11%, nos últimos 4 anos. Já o Aluno Alfa pertence ao sexo masculino. Em relação à faixa etária, há um predomínio no grupo entre 22 a 32 anos, com um percentual médio de 58,92%, no mesmo período. Em comparação ao Aluno Alfa verifica-se que o mesmo encontra-se dentro da mesma faixa etária, estando com 26 anos no momento da pesquisa.

Figuras 05 e 06 – Percentual de discentes por Escola de Origem e Local de Trabalho

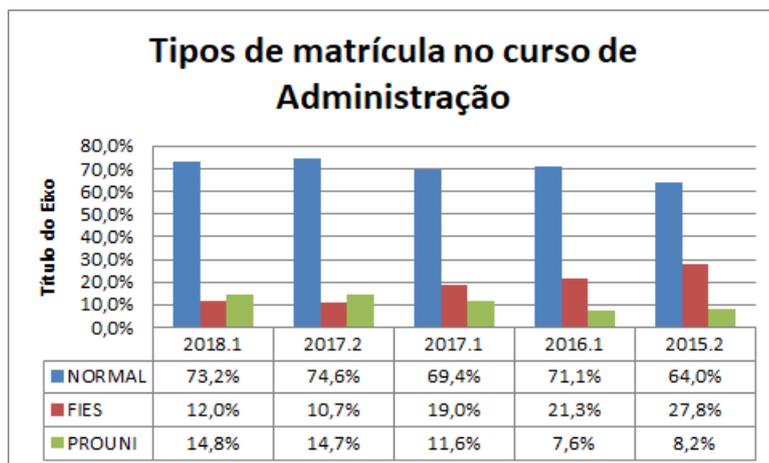


Fonte: NAP – FANESE

Em relação aos dados referente à escola de origem, o maior percentual encontra-se em escola pública com uma média de 52,26%, seguidos da escola particular com uma média de

31,4% dos alunos matriculados. Já o Aluno Alfa encontra-se dentro do grupo das escolas particulares, não fazendo parte da expressiva maioria. Considerando o local de trabalho, percebemos um percentual médio de 46,18% de alunos sem local de trabalho, enquanto o Alfa faz parte do setor privado.

Figura 07 – Percentual de alunos por tipo de matrícula



Fonte: NAP - FANESE

Por fim, verificamos que a grande maioria dos alunos do curso possui matrícula do tipo “normal”, ou seja, sem financiamento estudantil ou programa, com um percentual médio de 70,46% nos últimos 4 anos, sendo que o Aluno Alfa também faz parte desse grupo.

Considerando todos os dados apresentados, verificamos que o Aluno Alfa em relação ao tipo de matrícula e faixa etária encontra-se dentro do grupo predominante, no entanto em relação ao sexo, escola de origem e local de trabalho não faz parte do mesmo grupo da maioria. Diante desses dados, é importante ressaltar que o perfil do público-alvo deve ser incorporado aos programas educacionais, que não devem ser baseados apenas e unicamente na experiência, mas em dados empíricos e em constante avaliação e reformulação. Dessa forma será possível traçar políticas e estratégias e estratégias adequadas à realidade (DIAS, 2004).

4.2 Políticas educacionais de inclusão voltadas para Surdos: as ações da FANESE

Com o propósito de certificar o acontecimento da inclusão de alunos surdos na IES, decidimos também verificar quais ações e inovações estão implantadas para garantir a autonomia do aluno surdo, bem como as práticas que favorecem a acessibilidade comunicacional na Instituição. Destarte, tomamos como objetos de análise as ações inclusivas

(previstas/implantadas) descritas no PPC de administração, no PDI e a presença de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que auxiliem alunos surdos durante a vida acadêmica.

Observamos um aspecto relevante quanto ao atendimento de alunos surdos na Instituição. O PPC do curso de Administração, no tocante uso da Língua Brasileira de Sinais na IES discorre que:

[...] todos colaboradores da IES prestam total apoio necessário para os estudantes com deficiência e que necessitam de atendimento prioritário.

No quadro de colaboradores, há pessoas qualificadas para o atendimento especializado, em LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, com pós-graduação em tradução e interpretação, e curso introdutório em Transtorno do Espectro Autista, ampliando o nível da comunicação e o atendimento inclusivo. Neste sentido, todos os profissionais da IES estão sempre dispostos a atender, da melhor maneira possível, os estudantes com necessidades especiais. **(grifo nosso)**

Podemos considerar que esta ação é critério importante para garantir a integração e a autonomia de alunos surdos em setores estratégicos de atendimento, uma vez que poderão utilizar a LIBRAS, prática que facilitará o processo de comunicação entre discente e colaboradores institucionais. Conforme Valentini e Bisol (2012, p. 50) “A integração à universidade é um processo multifacetado construído no cotidiano das relações que se estabelecem entre estudante e a instituição” (*apud* Polydoro, et al. 2001, p. 11).

Realativo a política voltadas para a acessibilidade descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), destaca-se a contratação de Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais (TILS) para o acompanhamento dos alunos surdos da IES. Assim, consta no PDI que:

Alguns intérpretes de Libras já fazem parte do quadro de funcionários da IES. Eles dão auxílio necessário aos alunos com deficiência auditiva ou surdez, já matriculados na FANESE. Tais intérpretes acompanham os alunos nas aulas para que os mesmos tenham o melhor aproveitamento possível. Eles também estão junto ao aluno nos momentos de avaliação, assim como auxiliam os professores na correção das provas.

Professores e intérpretes mantêm sempre um diálogo, de modo que os professores buscam o exercício de práticas pedagógicas, estratégias metodológicas ou modos de avaliação que possam favorecer o aprendizado para todo estudante. **(grifo nosso)**

Dessa forma, nota-se que a IES possui ações que favorecem a acessibilidade metodológica, executa o que determina o Decreto 3.284, de 7 de novembro de 2003 (já citado anteriormente) e está em consonância com (BRASÍLIA, 2014, p. 14) onde propõe que “ os

instrumentos de avaliação dos estudantes surdos devem manter o foco na verificação da apropriação conceitual e do conteúdo abordado pelo estudante surdo e não na forma escrita”.

Vinculado à acessibilidade metodológica, a acessibilidade digital é garantida, principalmente, por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Ao verificar as políticas institucionais relacionados a essa dimensão, buscamos conhecer, e constatar com o que está descrito no PDI, os programas e softwares que auxiliam alunos surdos no processo de ensino-aprendizagem durante os semestres letivos.

Dos programas que a IES disponibiliza, destacamos as tecnologias assistivas destinadas ao para auxiliar os discentes surdos:

Quadro 03 – TIC destinadas aos alunos surdos

Programa	Conceito	Local de instalação
SIGNWRITING	É um programa de código aberto e gratuito, utilizado no Brasil para escrever em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). <i>SignWriting</i> expressa os movimentos, as formas das mãos, as marcas não manuais e os pontos de articulação.	Disponível em computadores da instituição
VLIBRAS	É um conjunto de ferramentas computacionais de código aberto, responsável por traduzir conteúdos digitais (texto, áudio e vídeo) para a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, tornando computadores, dispositivos móveis e plataformas Web acessíveis para pessoas surdas.	Disponível em computadores da instituição
PRODEAF	É um software de tradução de texto e voz na língua portuguesa para Libras - a língua brasileira de sinais, com o objetivo de realizar a comunicação entre surdos e ouvintes.	Disponível <i>on-line</i> na página da instituição
Dicionário da Língua Brasileira de Sinais	É um dicionário <i>On-line</i> , gratuito, que possibilita a pesquisa, o conceito e a tradução de palavras da Língua Portuguesa para a Língua Brasileira de sinais.	Disponível <i>on-line</i> na página da instituição

Fonte: PDI Institucional e sítio Institucional, Disponível em: < <http://portal.fanese.edu.br/> >

Em decorrência dos programas que a IES dispões para facilitar a comunicação e o ensino aprendizagem dos discentes surdos, podemos evidenciar a busca pela prática da acessibilidade digital. Salienta-se que essa ação está vinculada ao indicador 1.16 (Tecnologias

de Informação e Comunicação (TIC) no processo ensino-aprendizagem) do Instrumento de Avaliação dos Cursos de Graduação (2017) uma vez que o conceito 5 discorre que:

As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino- aprendizagem **permitem** a execução do projeto pedagógico do curso, **garantem** a acessibilidade digital e comunicacional, **promovem** a interatividade entre docentes, discentes e tutores (estes últimos, quando for o caso), **asseguram** o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e **possibilitam** experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso. (**grifo nosso**)

De certo, as TIC tornam o processo de ensino-aprendizagem mais dinâmico, além de está atrelada a rotina de muitos alunos do ensino superior devido ao crescente aumento do uso de ferramentas digitais durante o período de estudo. Em conformidade com MENEZES *et al* (2013), As Tecnologias de Informação e Comunicação possibilitam o desenvolvimento cultural e a aquisição de informações, além de despertar a criatividade e romper limitações, constituindo novas formas de conhecimento e comunicação. Logo, é de suma importância que as IES invistam em tecnologias que auxiliem os alunos surdos durante a vida acadêmica para que tenha ferramentas que propiciem a aquisição do conhecimento e diminuam as dificuldades no processo de comunicação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cumprimento das Políticas educacionais de inclusão de alunos surdos no ensino superior tem sido alvo cada vez mais relevante durante os processos de avaliação *in loco* de cursos e das IES por todo país. Para a comunidade surda tem sido um avanço na defesa dos direitos ao acesso a níveis mais elevados da educação, possibilitando um acréscimo no número de alunos surdos matriculados em Faculdades/Universidades. No entanto, é preciso que todas as Instituições de ensino superior estejam aptas para oferecer um serviço de qualidade que obedeçam todas as dimensões da acessibilidade.

Durante a pesquisa na IES observamos avanços relacionados à acessibilidade e a execução das Políticas educacionais de inclusão voltadas para discentes surdos: a contratação de Tradutores e Intérpretes de Libras, a presença da Libras como disciplina optativa nos conteúdos curriculares do curso, o atendimento ao discente surdo por meio da Língua Brasileira de Sinais e a existência de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que auxiliam os alunos surdos, contemplando, portanto, as deliberações de inclusão no ensino superior e contribuindo para a prática da acessibilidade metodológica, digital e comunicacional.

Apesar da responsabilidade da IES em atender os requisitos legais, de proporcionar acompanhamento psicopedagógico e aprimorar o processo de avaliação dos alunos em questão, verifica-se a necessidade de ações que disseminem a Língua Brasileira de Sinais em toda comunidade acadêmica. É preciso que o aluno surdo possa está de fato inserido na Instituição, e mesmo sendo primordial a presença do Tradutor Intérprete de Libras para a progressão desse aluno durante o curso, torna-se importante que Libras passe a ser uma realidade da Instituição onde o aluno surdo está matriculado.

Diante disso, é essencial a criação de ações em que os discentes e professores possam conhecer a realidade e as especificidades do aluno surdo, bem como a funcionalidade básica da Libras. Assim, a capacitação docente sobre práticas que facilitam o processo de ensino-aprendizagem de alunos surdos deve ser incluída em atividades pedagógicas. É preciso que os professores conheçam estratégias essenciais para melhorar o processo de comunicação e didática utilizada com os alunos surdos. Curso básico de Libras para os docentes da instituição é uma forma de ampliar o nível da acessibilidade comunicacional e metodológica na IES.

A dificuldade encontrada durante a pesquisa está em não poder fazer um comparativo do avanço do curso de Administração relacionado ao atendimento e acompanhamento direcionado a alunos surdos, visto que é a primeira vez que o curso recebe um aluno surdo em seu corpo discente. Sugere-se que para uma nova pesquisa seja utilizada como metodologia a análise documental das inovações do curso relacionadas à acessibilidade comunicacional. Outro ponto a ser posteriormente pesquisado é como facilitar o atendimento de aluno surdo em diferentes setores das IES e propor a criação de estratégias que facilitem o processo de comunicação entre os discentes surdos e os colaboradores institucionais.

Em suma, é evidente que as IES encontram-se em processo de adaptação para a execução das determinações legais das Políticas Educacionais de Inclusão e dos novos Instrumentos de Avaliação do MEC. Mas é preciso utilizar ações que, além de possibilitar a acessibilidade, promovam a interação do aluno surdo com a comunidade acadêmica da qual faz parte. Não basta incluir, é preciso, sobretudo, extinguir os estereótipos e as barreiras do preconceito criadas pela falta do conhecimento e do compartilhamento de ações que colaboram para o aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem e para a comunicação com alunos surdos em Instituições de ensino superior.

REFERÊNCIAS

ABILIO, Francisco José Pegado. **Ética, cidadania e educação ambiental in Meio ambiente e desenvolvimento: bases para uma formação interdisciplinar.**/ Maristela Oliveira de Andrade (Org.) João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

BAPTISTA, Claudio Roberto et al. Colóquio: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. **Inclusão**. Brasília, v. 18, n. 1, p. 18-32, jan./jun. 2008.

BERLO, David Kenneth. **O processo da comunicação:** Introdução à teoria e à prática; tradução Jorge Arnaldo Fontes. 10 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. **Censo da educação superior: notas estatísticas.** 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf> Acesso em: 08 de fevereiro de 2018.

_____. **Constituição (1988). Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal:** Centro Gráfico, 1988.

_____. **Instrumento de avaliação de cursos de graduação Presencial e a Distância.** Brasília 2017. Disponível em:

< http://abmes.org.br/arquivos/documentos/Novo_Instrumento_Avaliacao-Reconhecimento-e-Renov-Reconhecimento-presencial-e-EAD-15-12-2017.pdf> Acesso em: 02 de março de 2018.

_____. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Lei que Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm> Acesso em: 06 de fevereiro de 2018.

_____. **Lei. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional,** Brasília, DF. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm> Acesso em: 06 de fevereiro de 2018.

_____. **Lei. 10.436, de 24 de abril de 2002. Lei dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.** Brasília, DF. Brasília, DF. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> Acesso em: 06 de fevereiro de 2018.

_____. **Lei. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Lei que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.** Brasília, DF. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm> Acesso em: 06 de fevereiro de 2018.

_____. **Plano Nacional de educação.** Brasília: Senado Federal, UNESCO, 2001. Disponível em:

< <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001324/132452porb.pdf>> Acesso em: 06 de fevereiro de 2018.

_____. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003.** DOU Nº 219, 11/11/2003, SEÇÃO 1, P. 12. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Portaria3284.pdf>> Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

BRASÍLIA. **Acessibilidade na educação superior: impactos na avaliação in loco**. 2013.

Disponível em:

<https://abmes.org.br/arquivos/documentos/apresentacao_seminario_outubro_2013_suzana.pdf> Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

_____. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Decreto que Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm> Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa**. Secretaria de Educação Fundamental. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. **Relatório sobre a política Linguística de educação bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília, DF 2014. Disponível em: <www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=56513> Acesso em: 12 de fevereiro de 2018.

BRAZOROTTO, Joseli Soares; SPERI, Maria Raquel Basílio. **Acessibilidade à informação e aprendizagem de pessoas com deficiência auditiva no ensino superior**. In MELO, Ricardo Lins Vieira de. **Inclusão no ensino superior: docência e necessidades educacionais especiais**. Natal: EDUFRRN, 2013.

BRYM, Robert... [et al.]. **Sociologia: sua bússola para um novo mundo**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CARMOZINE, Michelle M.; NORONHA, Samanta C.C. **Surdez e Libras: Conhecimento em suas mãos**. São Paulo: Hub Editora, 2012.

CUBA, Marcos Antonio. **Educação ambiental nas escolas**. **Educação, Cultura e Comunicação**, v. 1, n. 2, 2011.

Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Barcelona, Junho de 1996. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf>. Acesso em 13 de fevereiro de 2018.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que Língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

INEP. **Censo da educação superior 2016**. Brasília- DF, 2017.

LARUCCIA, Mauro Maia. **Notas sobre linguagem comunicação e educação**. Revista pensamento e realidade ARTIGOS 100 Ano VII — Nº 15/2004. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/8446>> Acesso em 01 de março de 2018.

LOPES, Maria Corcini. **Inclusão & educação**. Belo Horizonte: Autêntica editora. 2013.

MARIE, Kathryn; HARRISON, Pacheco. Libras: apresentando a Língua e suas características *In*: LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno surdo, e agora?** Introdução a Libras e educação de Surdos. São Carlos: EDUFSCAR, 2014.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: contextos sociais**; trad. Windy Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

NOGUEIRA, Mário Lúcio de Lima; OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes; SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. **Legislação e políticas públicas em educação inclusiva**. 2ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de. Projeto Político pedagógico na perspectiva inclusionista. *In* NOGUEIRA, Mário Lucio de Lima; OLIVEIRA, Eloiza da Silva Gomes de; SÁ, Márcia Souto Maior Mourão. **Legislação e Políticas Públicas em Educação Inclusiva**. 2 ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

SANTOS, Necéssio Adriano. **O programa IFS sustentável diante do estado de direito socioambiental: desafios e perspectivas**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente-PRODEMA, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SHUR, Inge Renate Frôse; SILVA, Simone Zampier da. **Metodologia do ensino na Educação Superior: relação professor-aluno-conhecimento**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

STROBEL, Karin. **História da educação de surdos**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis 2009. Disponível em:
<http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificada/historiaDaEducacaoDeSurdos/assets/258/TextoBase_HistoriaEducacaoSurdos.pdf > Acesso em 13 de fevereiro de 2018.

VALENTINI, Clara Beatris; BISOL, Cláudia Alquati. **Inclusão no Ensino Superior: especificidades da prática docente com estudantes surdos**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2012.

ABSTRACT

The objective of the present work is to perform an analysis of compliance with education policies aimed at the deaf in higher education, with emphasis on the effective accessibility actions practiced by the Faculty of Business Administration of Sergipe (FANESE) and described in the pedagogical political Project of the Administration course, from the perspective of the evaluation instrument of graduation courses issued by the Ministry of Education (MEC). It was assumed that the process of inclusion of deaf students is fragile and a constant evaluation of the procedures that guarantee accessibility in higher education institutions is necessary. Thus, it was sought to verify, through the case study, if the HEIs have practiced what guarantees the public policies of inclusive education. Through documentary analysis, with an exploratory approach, it was noted that, despite the difficulties present in the process of educational inclusion, HEIs are seeking to develop in the academic setting actions to fulfill the requirements of the Ministry of Education and the educational policies of inclusion in the quest to offer an evolution in the quality of its services and to provide accessibility in all its dimensions.

Keywords: Accessibility. Inclusion. Deaf people. Pounds. Higher education.